

III Encontro RuralRePort

Rede de História Rural em Português

Tibães, 28-29 Junho 2013

Call For Papers

Territórios rurais e consumos alimentares

O III Encontro RuralRePort está subordinado a um tema central (***Territórios rurais e consumos alimentares***) em torno do qual serão organizadas as sessões plenárias para apresentação de comunicações individuais. A temática apontada pressupõe uma interligação, uma relação biunívoca que desafia respostas a uma série de questões que terão, certamente, facetas diferenciadas à medida que se evolui no tempo e no espaço.

A **definição de territórios rurais** pressupõe a análise dos contornos de organização da ocupação da terra, inequivocamente associada a uma organização social, como “fóssil” directo da fixação humana. Entende-se, antes de mais, a necessidade em abordar uma prosopografia do espaço, norteada pelas relações dinâmicas entre o homem e os recursos, segundo as componentes ecológica (que se relaciona com os factores de qualificação e quantificação dos recursos, a sua renovação, robustez ou vulnerabilidade), económica (que aborda o desenvolvimento tecnológico, produção e consumo de bens e serviços, capital e trabalho, políticas de investimento) e societária (que relaciona as características demográficas e as organizações sociopolíticas, respectivos valores culturais, mesmo religiosos e legais).

Acresce, nesta proposta temática, uma outra perspectiva, a **dos consumos alimentares**, ou seja, uma avaliação da cadeia alimentar, da terra à mesa, de que forma a produção alimentar, as estruturas e mecanismos de mercado evoluíram (mudaram mesmo) ao longo de tempo e a que escalas. Inclui, ainda, a hipótese de que tais mudanças provocarem alterações nos processos de exploração e apropriação da terra, nas relações sociais, enfim, na construção de uma outra paisagem.

A aceção económica e social está, vincadamente, presente neste quadro, na medida em que procura avaliar a combinação do trabalho humano, os saberes, os recursos naturais e os meios de produção, com o objectivo de produzir, distribuir e reproduzir os bens necessários em cada momento histórico, acautelando diferentes tipos de consumo, o auto consumo, níveis de consumo diferenciais, consumo rural e urbano. Assim sendo, o mercado é o complemento essencial neste processo (seja qual for a sua natureza), porque a articulação entre produção e consumo poder-se-á realizar através

da noção de confiança, de sinais de qualidade do produto (de marcas e demarcações territoriais), do conhecimento e da informação, do conhecimento dos preços e de mecanismos de mercado, que conferem, em grande medida, capacidades de controlo de espaços agrícolas.

Observe-se, ainda, que o problema central da economia dos recursos alimentares reside na aferição entre o hoje e o que deverá ser deixado para o consumo futuro, pressupondo relações que não se limitam às de produção/consumo, mas também a redes de compromissos que se impõem ao homem que vive em sociedade, entre a satisfação de necessidades de sobrevivência e uma incessante fabricação de necessidades e de novos consumos.

Assim sendo, se nos situamos, de alguma forma, numa história do consumo alimentar, este não se reduz à definição das condições de acessibilidade aos produtos, sejam eles quais forem, mas igualmente à evolução dos paladares e das alterações sociais e culturais que modificaram a natureza e o conteúdo do cabaz de compras, quer em termos de qualidade quer de quantidade, segundo critérios diacrónicos de prioridade ou de secundarização das exigências do quotidiano. Ou seja, a hipótese difusionista (de alto para baixo na escala social) ou a de imitação social (de baixo para cima), não se podem reduzir à convicção de que a evolução e o aumento do consumo se resumem à reunião das condições materiais. É preciso que os actores tenham razões para imitar. É que as sociedades não parecem estar estratificadas apenas segundo o nível de vida ou de barreiras jurídicas, mas também por estratégias de sobrevivência, de culturas e de formas de consumo diferentes.

Tendo como fundamento este conjunto de reflexões, as possibilidades de abordagem são múltiplas e bem-vindas e poderão consubstanciar-se em diferentes filões exploratórios. Por exemplo:

- demonstrar em que medida os trabalhos de semear, colher, armazenar, transportar e vender e comprar os alimentos, estão associados, antes de mais, a uma complexa série de relações sociais, de regimes de apropriação da terra, de alargamento ou restrição de áreas de cultivo, e de mudanças na paisagem e no próprio equilíbrio ambiental (biodiversidade);
- abordar o cálculo das rações alimentares, os consumos individuais, familiares e colectivos em cada um dos diversos estratos sociais, precisando as formas e ritmos da alimentação, as quantidades consumidas, na senda das análises bromatológicas do séc. XIX, que procuraram aproximar-se do valor nutritivo individual, através da análise das rações calóricas consumidas;
- avaliar, mesmo que parcialmente, a produção e o que chega ao mercado, definir fluxos, intensidades, direcções, interrogando as proveniências e o porquê, o que pressupõe o conhecimento dos modos de produção que poderão conduzir à distribuição de qualidades diferentes e sazonais;
- estudar os intermediários, entre produção e consumo, os modos de organização comercial, a origem dos produtos, os seus representantes, a reconstituição dos itinerários, rotas marítimas ou fluviais, terrestres, numa cartografia que não implique apenas o desenhar de redes mas do porquê das escolhas entre itinerários

concorrentes, em função dos meios de transporte, exigências de conservação dos alimentos, etc..

- abordar o abastecimento agrícola, procurando conhecer a estrutura do consumo, ou seja, a evolução da procura segundo as diferenças sociais, tendo em conta a questão recorrente, nem sempre clarificada, entre o crescimento real dos salários e os seus impactos na evolução do consumo, ou mesmo o extra-mercado da economia simbólica, em que instituições privadas ou públicas resolvem o problema básico de sobrevivência individual através de canais de abastecimento próprios (controlando, por exemplo, a produção) e ainda o consumo dos pobres, dado que muitos fenómenos de circulação do pão se fariam pela via da dádiva, de uma “economia moral”;
- estudar as intervenções públicas (do ponto de vista discursivo e/ou efectivo), procurando examinar em que medida as regulamentações comerciais, sanitárias, fiscais e aduaneiras terão determinado a organização da produção e do abastecimento, o condicionamento institucional e administrativo de mercados, em particular do mercado de cereais, por vezes marcado por lógicas de defesa da circulação dos cereais, em nome do direito de subsistência e do “justo preço”.

As **propostas de comunicações** (com 500 palavras) devem ser enviadas para histruralpt@gmail.com até **31 de Março de 2013**. As decisões da Comissão Científica deverão ser comunicadas a 30 de Abril de 2013.

Comissão Organizadora

Anabela Ramos, André Marques, Carla Sequeira, Gaspar Martins Pereira, Inês Amorim, Luís Carlos Amaral

Comissão Científica

Benedita Câmara, Dulce Freire, Gaspar Martins Pereira, Inês Amorim, José Vicente Serrão, Luís Carlos Amaral, Rui Santos

Instituições de apoio:

Centro de Estudos Transdisciplinares Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Mosteiro de Tibães – Secretaria de Estado da Cultura/Dir Regional de Cultura do Norte
Fundação para a Ciência e Tecnologia

Local do III Encontro: [Mosteiro de S. Martinho de Tibães](#), Braga